



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

JOEMILLY NUNES DO NASCIMENTO

**CONFLITUALIDADE DA SUBJETIVIDADE MARISQUEIRA:
UM TERRITÓRIO DE CONTRADIÇÕES**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

N244c Nascimento, Joemilly Nunes do
Conflitualidade da subjetividade marisqueira: um território de
contradições / Joemilly Nunes do Nascimento ; orientadora
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos. – São Cristóvão, SE,
2021.
48.; il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2021.

1. Psicologia. 2. Movimentos sociais. 3. Mulheres. 4.
Pescadoras. 5. Subjetividade. I. Vasconcelos, Michele de Freitas
Faria de , orient. II. Título.

CDU 159.9:316.35

JOEMILLY NUNES DO NASCIMENTO

CONFLITUALIDADE DA SUBJETIVIDADE MARISQUEIRA:
UM TERRITÓRIO DE CONTRADIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos.

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2021

JOEMILLY NUNES DO NASCIMENTO

CONFLITUALIDADE DA SUBJETIVIDADE MARISQUEIRA:
UM TERRITÓRIO DE CONTRADIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 31/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (orientadora)

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri (PPGPSI/UFS)

Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira (DPS)

Agradecimentos

Gratidão às forças da natureza. Aos meus guias, aos meus ancestrais, aos orixás, à minha família por serem chão firme. A mainha, painho, minha vó, minhas irmãs, Érica, Alexia, Fábria e Sarah pelo amor, amparo e força que correm em minhas veias. A Samira pela firmeza e valentia que inspiram, pela alegria de viver junto que dá força para caminhar e inventar. A Elza e Elenice por serem abraço que acalma e acolhe, por segurarem a minha mão nas passagens mais difíceis e sempre. Aos amigos por me animarem ao me ver rodeada de pessoas incríveis, me abraçarem nos dias de tristeza, cansaço, euforia, raiva, luta e pela alegria de saber que no mundo tem tanta gente linda. Às pessoas com quem encontrei e deixaram marcas em meu caminho pelas conversas, discussões, descobertas.

A Michele, orientadora e parceira na empreitada de passar por esse mestrado e ultrapassar cercas tão difíceis de derrubar nesse caminho; pelo acolhimento, respeito, carinho, e pela força, sensibilidade de acreditar e cuidar. A Marcelo por ser chão firme, generosidade, abraço que acalma, escuta que ampara as lágrimas até cessar, quando tudo fica mais leve de se viver. Às professoras e professores, Bruno Machado, Graziela Gatto, Lívia Godinho, Kleber, Liliana da Escóssia, Manoel, Marcos de Melo, Sandra Raquel pelos encontros alegres. À UFS, ao Colégio de Aplicação - UFS. Às marisqueiras. Sou grata por poder caminhar e encontrar tanta gente boa. Sigamos! Gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa organiza-se como montagem de um território de contradições, que não pretende apontar incoerências, mas colocar em palco o forro e o avesso, as várias camadas, a não congruência que habita as experiências; as contradições como paisagens por onde a vida caminha, como observamos ao acompanhar os processos de constituição da subjetividade marisqueira e sua conflitualidade. A partir de um percurso ligado ao Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras, a instalação teórico-metodológica desse território-pesquisa cartográfica parte das ações do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC/UFS) para licenciamento ambiental na costa Sergipe/Bahia, onde pude estar junto ao Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) junto à equipe de assessoria que desenvolve o projeto com essas mulheres. Buscamos aqui contar desta caminhada e seus acontecimentos junto a mulheres que lutam por seus territórios, por direitos e, sobretudo, por existir e realizar sua potência. Trouxemos histórias, relatos transcritos, memórias, diálogos e questionamentos para pensarmos esse processo de fazer pesquisa acompanhando um movimento de mulheres e o movimento dessas e com essas mulheres. Entendemos que as contradições são aspectos fundamentais da subjetivação e nos valemos da indissociabilidade entre política e clínica como guia para fazer tal acompanhamento. *“Queremos uma clínica popular que chegue lá no sertão onde estou com minha enxada”*. Tendo em vista os conflitos que enfrentam e os pedidos por espaços de escuta e acolhimento qualificados e acessíveis, essa fala expressa o endereçamento dessa dissertação: pensar uma política da clínica, tramá-la com sonhos enxada. Tal pedido foi aparecendo no seio de um processo de organização de mulheres; uma clínica como possível intercessor no processo de mudanças nas políticas relacionais, singularização e ampliação de territórios existenciais na direção de espreitar uma comunidade que vem.

Palavras-chave: Marisqueiras; Mulheres; Subjetivação; Conflitualidade; Movimento Social; Político Clínica.

SUMÁRIO

1. 1. APRESENTAÇÃO	6
2. INTRODUÇÃO	9
3. “TRANSFORMAR A DOR EM DANÇA, EM TEATRO, EM LUTA”: O PEDIDO POR UMA “CLÍNICA POPULAR”	17
4. “O MANGUE É O NOSSO CHEIRO E SE O MANGUE MORRE, NÓS MORRE JUNTO COM ELE”: RELAÇÃO COM O ESTADO	25
5. “QUE TIPO DE CERCA NÓS, MARISQUEIRAS, QUEREMOS DERRUBAR?": ORGANIZAÇÃO EM MOVIMENTO SOCIAL E MMS COMO ESPAÇO CLÍNICO	35
6. CONTRADIÇÃO, UMA INSPIRAÇÃO PARA O OLHAR	42

1. Apresentação

Essa dissertação é como uma conversa entre mim e o mangue, um diálogo que se inicia pelo esforço de falar, esforço tal que parece lembrar a comunicação entre os pés marisqueiros e a hibridez alagadiça do mangue. Não só, se dá também pela habitação de um silêncio povoado (DELEUZE, 1992) às voltas com este esforço e com o que pode se derivar dele. Um diálogo ainda com os livros, os arquivos, as memórias dos encontros com as marisqueiras e com os territórios e afetos em campo, na oportunidade da minha inserção, como pesquisadora e extensionista, no Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe em parceria com a equipe de assessoria. Tal projeto é parte das ações do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) na bacia Sergipe/Alagoas.

Muito além do resultado de um percurso de estudos e pesquisa, trata-se de uma conversa entre as minhas inquietações e um silêncio que fala da complexidade de um processo de acompanhar um movimento de mulheres que se tece junto aos mistérios do mangue; de escutar seus gritos sujeitos à uma escuta, muitas vezes, surda (BAPTISTA, 2000), uma escuta que forja tentativas de explicar conflitos que são coletivos centralizando-os em problemas individuais ou do indivíduo. Essa conversa se faz a muito custo diante das dificuldades em falar, em dar língua e corpo a afetos que pedem passagem (ROLNIK, 2019). Gosto do lugar de escutar, escutando sinto que as palavras me deixam mais forte. Não forte o suficiente para falar, mas forte para acompanhar o fluxo e, às vezes, até agenciar-me com linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995), perscrutando a criação de saídas que não estão nos mapas. Tenho gaguejado uma escuta que tateie resistência à surdez, atentando-se para questões do chão da gente brasileira, sergipana, das mulheres dessa terra e dessas águas: pobreza, cercamentos de seus territórios de vida (ambientais, sociais, existenciais) por um capitalismo com as bandeiras do desenvolvimento e empreendimentos de modos de viver em curso. O exercício dessa escuta que me cala tem entendido que os sofrimentos dessas mulheres explodem a ideia de sofrimento psíquico (no sentido intimista, de uma individualidade substancial), pois estão envolvidos com estruturas sociais colonizadoras de terras, de águas, de vidas, de corpos. Mas, escutando esses sofrimentos, coletivizando, também parece possível inventar outros mundos, multiplicar, dobrar, criar movimento, transbordar.

Em algum momento, desejei que fosse possível fazer uma dissertação só com perguntas, provocações e questões, porque não acredito que haja respostas e resoluções para

os conflitos que vamos discutir aqui. Mas, ao que parece, não dá para fazer essa dissertação apenas com questionamentos, e não temos respostas para quase nada – se por resposta dissermos de uma tentativa de totalizar, representar, generalizar ou simplificar. Ainda assim, não podemos perder de vista que, nas lutas contra a dominação, a disputa de narrativa é um eixo de poder, especialmente no momento em que se tiraram todas as máscaras de um empreendimento capital em curso que intenta a homogeneização da vida humana, justo quando essa mesma homogeneização contribui sobremaneira para a proliferação do novo coronavírus (DIDI-HUBERMAN; BENEVIDES, 2020), de modo que se faz necessário narrar a história do meu encontro com mulheres marisqueiras de Sergipe.

Nesse percurso de escrita foram muitos os momentos em que fiquei abatida diante da sensação de falta de sentido em narrar a experiência - experimentação de acontecimentos/ transformação com as marisqueiras, o que eu descobri junto com elas e a conflitualidade da subjetividade marisqueira, questão central desta pesquisa. Desejava que o desfecho desse ciclo de trabalho com as marisqueiras do Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS) fosse em grande roda na beira da maré, com muita comida, história, risada e abraços, mas também não pode ser assim, tem que ter o texto, afinal, estamos em uma batalha discursiva. Então, para que esse texto possa fazer vazar essa experiência e a alegria de caminhar com essas mulheres, tentarei fazer com que ele sirva para que possamos colocar em análise a constituição da posição de sujeito marisqueira e os conflitos que lhe atravessam. Para tanto, me valho da cartografia como aporte teórico-político e filosófico, como orientação metodológica inventiva, no desejo de acompanhar processos de (des)subjetivação, corpos em franca luta para contrapor modos pré-fabricados de vida, corpos na luta por seus territórios singulares de vida. Faço isso mediante os registros mnemônicos, diários de campo e transcrições de rodas de conversa gravadas pela assessoria do Projeto de Fortalecimento das Marisqueiras de Sergipe (PEAC/UFS) que trazem pistas do vivido junto ao MMS.

Deste modo, essa escrita pretende ser um espaço de discussão, para manter viva a troca em torno do que tem inquietado nesse encontro aquático entre mulheres, nas quais me incluo, e o mangue e o que dele tem suscitado: a insistência dos territórios de vida em reexistirem no agenciamento com o mangue, em ousar inventar uma vida no e com o mangue, “produzindo cultura¹ onde só deveria existir o esforço brutal e a morte silenciosa” (SIMAS, 2021, p. 13). Aliás, neste caso, não pode haver silêncio, pois esses territórios que borram a

¹ Por cultura, não me valho da adesão a uma cultura burguesa, mas, inspirada nos escritos do Luiz Antonio Simas (2021) com a rua, desejo acentuar que o agenciamento das marisqueiras com o mangue produz ideias, filosofias, arte, espiritualidade próprias e afins, produz todo um ecossistema de pensamento.

dicotomia humano e natureza estão em extinção, haja vista que os mangues estão sendo deteriorados por empreendimentos capitalísticos, ou seja, pelas ferramentas de manutenção e reprodução do capitalismo como sistema socioeconômico, modelo de vida e máquina de produção de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Sigamos.

2. Introdução

Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “imposição” (nossa maneira de impormos), nem a “proposição” (nossa maneira de propormos), mas a “exposição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre (LARROSA, 2002, p. 25).

Intensidade, duração, invenção, riscos, dobras de si, medo, afeto, implicação. Há tempo que as práticas psi só são possíveis para mim como experiência, no sentido benjaminiano, como enunciado por Larrosa (2002). Ocupar os campos e, nesse caso, o mangue, expõe, afeta, marca, transfigura, transforma os mundos com os quais tomo contato e me coloca no meio de disputas de forças. Entre estas forças que disputam está o desconforto da exposição, ou melhor, da tradução, em produzir uma escrita com as mãos alagadas, uma dificuldade em articular emoção e pensamento para comunicar/compartilhar, em encontrar palavras que enunciem a intensidade.

Em meio aos conflitos que me atravessam, resisti muito até achar que o mestrado é um trabalho possível para mim. Arrisquei, no entanto, na aposta de que se pode transformar a tarefa de produzir uma dissertação em experiência de contra-narrativa, de invenção de si e de mundos. Apostei no mestrado como um lugar de abertura de campos, de ativação de potencialidades e de luta política. Inspiro-me, assim, nas marisqueiras com quem componho esse trabalho, em sua arte, em seu trabalho-arte², em sua força de reinvenção, em suas lutas; já colocando em análise as implicações desta aprendiz de cartógrafa que vos fala.

Este é um texto confuso, alagadiço, que precisa de um tempo outro que não é o tempo burocrático do mestrado, para marinar as análises que aqui só começam a ser tramadas, como num esboço. Esse texto não encerra esse trabalho, é mais um passo na caminhada, na luta por bem viver, e é um palco de composição. Uma das funções esperadas para esse escrito é que ele provoque, seja vetor de questionamentos e, assim, quem sabe, de existencialização. Para isso, ele precisa rasgar nossa vida apequenada capitalizada: que ele nos inquiete sobre a produção de morte, a defesa da vida e de certos modos de vida. Que escuta psi é essa que estamos fazendo? Nossas escutas, entradas em campo, nossos modos de ver psi estão apostando que que modos de vida? Que esse texto ele possa, então, desencadear análises que

² Conforme indica Cristiano Ramalho (2007), a atividade da mariscagem, além de ser uma prática produtiva, é uma arte-resistência como um modo de vida tradicional.

não se fecham, no entanto, abrem caminhos de criação e, assim, quem sabe, de ampliação da escuta psi.

Outra intenção é que esse texto possa servir para contar de uma experiência. Eu fiquei desconfortável, em conflito de como escrever essa dissertação. E o caminho que eu achei foi contar essa história, numa tentativa de dar materialidade para essa experiência em forma de texto. A maneira que encontrei foi trazendo para as falas das mulheres acompanhadas, as nossas falas. Já aqui, indico um dos conflitos que envolvem essa experiência: nessa jornada, eu ocupei muitos lugares, assessoria técnica, pesquisadora, mulher em luta por um território de vida, militante/contra militante, foram muitas as vezes em que me perguntei onde eu estava nessa história. E em todos eles, busquei observar o que inquietava e acompanhar o processo em que essas mulheres se reúnem. Esses lugares também trouxeram desconfortos ao longo do processo de pesquisa. Então vou tentar contar essa história e abrir algumas análises com apoio da análise institucional e da cartografia.

Ao longo do texto, por vezes me associo às falas em destaque e em outras me oponho ao dissertar sobre o vivido com as marisqueiras, com as companheiras da equipe de assessoria ao Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres Marisqueiras da área de abrangência do PEAC na bacia Sergipe/Bahia, dos projetos de pesquisa e extensão e tantas outras pessoas que contribuíram nesse percurso. Contar dessa trajetória, colocar as afirmações que eu faço aqui sem poder discutir com as marisqueiras e esse grupo que tanto contribuiu para o que agora se transforma em um texto foi uma navegação turbulenta e cheia de aflições. Agonia de criticar e colocar em análise o Movimento, medo de parecer que estou ‘falando mal’ e desvalorizando a jornada dessas mulheres como Movimento. E não resta dúvida, a caminhada delas é muito valiosa de várias formas como abordaremos adiante. Apesar de que há indicações que o MMS em direção à luta por direitos e como organização política em um sentido conservador de movimento social que luta por direitos pela via do Estado não está tendo um bom funcionamento para realizar os supostos objetivos, além de questionarmos se os movimentos sociais de modo geral ainda funcionam³. Não obstante, o fato delas estarem juntas, caminhando, brigando, segurando a mão uma da outra, debatendo-se, reconhecendo-se e se desconhecendo, transformando-se - desviando de vários caminhos, de vários espaços, de todo um histórico de aprendizagens individualizantes, generificadas, racializadas, capitalizadas -, estarem juntas é um vetor de potência desse Movimento, na medida em que a tentativa de se organizar como movimento social e lutar por direitos fez com que fosse possível criar uma (outra) política relacional.

³ Esses pontos serão melhor enunciados a seguir.

Uma autêntica revolução não viva apenas mudar o mundo, mas antes, mudar a experiência do tempo. [...] Como pensar uma nova ação e uma nova política humanas? [...] Como parar a máquina governamental em que parece ter se transformado toda a política, e ter acesso a uma nova política, uma política da amizade calcada numa outra experiência do tempo e capaz de nos expor às exigências de compartilhamento da existência. [...] Nas sombras do presente, uma comunidade que vem; na temporalidade do presente, uma caminhada em direção àquilo que no presente não podemos viver; um olhar para o não-vivido no que é vivido. Um volta-se para trás, suspender o passo, ver o escuro na luz, entrever um limiar inapreensível entre um ainda não e um não mais. [...] Pensar para além do sujeito, uma singularidade qualquer, uma forma de vida, uma relação de amizade, do sujeito vacilante, um gesto de suspensão. A capacidade de repensar o presente. (SCRAMIM; HONESKO, 2010, p. 11-12)

A mariscagem caracteriza-se pela atividade de coletar mariscos; pela vida em torno do mangue em suas relações ambientais, econômicas, culturais, espirituais e sociais. Compreende um trabalho de mulheres, dando-lhes subsídios para a manutenção da sobrevivência. É por meio da coleta dos mariscos e dos encontros que esse modo de viver se cria, sendo a mariscagem uma atividade, fundamentalmente, coletiva e feminina. Tradicionalmente, as mulheres compartilham barcos, dividem tarefas, atualizam saberes ancestrais, trocam saberes e experiências, descobrem segredos da natureza, constituem comunidade. Talvez mais do que uma descoberta, o agenciamento com o mangue reintroduz um saber que, como tal, corta e multiplica o corpo (FOUCAULT, 1979), desviando-o da sina de contrapor-se a natureza. Faz-se corpo no agenciamento com a lama, as águas, o vento, o sol, a chuva, os barulhos, as raízes, as mulheres, os mariscos, os odores, as cores, os barcos.

Nesse sentido, a mariscagem destaca-se como linha de força na formação subjetiva dessas mulheres. Barros de Barros, Freitas e Chambela (2019, p. 4), citando Clot, afirmam que “o trabalho carrega uma função psicológica específica, uma vez que, como atividade, transforma e produz mundos e subjetividades. Subjetividade e atividade em permanente processo de coengendramento”, de tal forma que o trabalho opera como vetor de existencialização, o que resulta em afirmar que “falar de produção de vida material implica sempre falar de produção de vida em primeiro plano” (RAUTER, 2000, p. 269).

Ainda nos últimos meses de graduação em psicologia (2018), tomei conhecimento de que havia um projeto de extensão e pesquisa com Mulheres Marisqueiras, o Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC-SE). O PEAC teve início em 2009, sendo executado, a princípio, por meio de um convênio entre a Petrobrás e o Departamento de

Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente, o convênio é com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE), englobando uma gama de profissionais de áreas diversas, tendo sua coordenação atrelada ao Departamento de Geografia. Seu objetivo é promover a gestão integrada e articulada de ações de Educação Ambiental vinculadas aos processos de licenciamento ambiental da bacia de Sergipe/Alagoas, tendo em vista a compreensão de que a Educação Ambiental “fornece as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada” (LOUREIRO, 2004).

Assim, o PEAC dedica-se a viabilizar a participação qualificada dos grupos sociais afetados por atividades de exploração de gás e petróleo no contexto de medidas mitigatórias e compensatórias. Conforme Nota Técnica N° 01/2010 CGPEG/DILIC/IBAMA, por mitigação determina-se um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de (i) minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, (ii) evitar o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos”. Quanto a compensação, define-se como “conjunto de procedimentos metodológicos balizadores do financiamento de ações compensatórias de caráter coletivo por parte da empresa licenciada quando, diante de um impacto inevitável, for identificada a interferência sobre a atividade econômica e/ou o cotidiano de determinado grupo social”. Por exemplo, investimentos em materiais e infraestrutura, como galpões de beneficiamento dos pescados e prédios de associações.

No contexto do PEAC em Sergipe, a medida de mitigação se dá por meio de ações de Educação Ambiental Crítica, desenrolando-se por meio de quatro sub-projetos e dois núcleos transversais: projetos do Conselho Gestor, Observatório Social dos Royalties Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras (ao qual estive ligada como pesquisadora) e o mais recente de Gestão Compartilhada para acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro; bem como núcleos da Educomunicação e de Pesquisa e Produção de Conhecimentos. Articulei-me à equipe de assessoria do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras, e com as marisqueiras, tentamos ocupar esse espaço na direção de criar mesmo que micro fissuras e possíveis desvios das imposições capitalísticas. Assim a medida de mitigação, na forma de assessoria, acontece como ações educativas que visam a construção de sujeitos singulares que introduzam um sentido de si e do mundo capaz de observar o modelo dominante e fazer as próprias escolhas atentas às forças que lhes atravessam (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

As palavras mitigar e compensar falam por si, de modo que se trata de uma estratégia do Estado de aplanar os danos causados aos territórios onde se desenrolam tais atividades. Como sabemos, os empreendimentos de exploração causam impactos socioambientais complexos, e nos cabe questionar as noções e a intencionalidade de minimizar, evitar agravamentos, compensar danos quando as atividades destrutivas se mantêm. Como mitigar ou compensar danos a um território morto? Habitamos essa contradição trabalhando junto ao Programa na tentativa de contribuir para agenciamentos coletivos. Sim, precisamos falar de morte, pois se trata de um território (de vida) cotidianamente ameaçado, expropriado pelo grande empreendimento capitalista em curso, extinguindo territórios ambientais e com eles sociabilidades singulares e ecossistemas subjetivos.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU) promotor da ciência relacionada às mudanças climáticas, liberou o relatório que “fala sobre tendências irreversíveis no que diz respeito à mudança climática global [...]. Uma das maiores revelações do relatório é que mudanças climáticas induzidas pelo comportamento humano já estão influenciando em eventos climáticos extremos em todas as regiões do planeta” (Nações Unidas Brasil, 09 de agosto de 2021). Os processos de exploração de gás e petróleo nas águas que compõem os territórios de vida das marisqueiras são parte das atividades que levaram o planeta a esse estado de desequilíbrio com consequências graves para todas as formas de vida. Conforme o IPCC, “muitas das mudanças descritas são sem precedentes. Algumas estão em andamento agora, enquanto outras permanecerão ‘irreversíveis’ por séculos a milênios”. No entanto o caráter irreversível da destruição ecológica em que se encontra o planeta não significa que já não há mais pelo que lutar, pelo contrário, indica que essa é a hora mesmo de lutar, não com o intuito de devolver uma forma anterior, mas de criar novos modos de estar no mundo fora do paradigma da exploração que tem produzido morte e destruição.

O PEAC organiza-se em Planos de Trabalho que devem ser cumpridos dentro do tempo predeterminado, sempre num intervalo de dois anos, seguindo o formato definido pelas diretrizes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) conforme Nota Técnica acima referida. Ainda em 2018, no mês de julho, participei como espectadora inquieta do III Encontro das Marisqueiras de Sergipe. O evento durou dois dias e propiciou muitos espaços de debate em torno dos desdobramentos do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), movimento este que se originou em 2015, mas ainda procura se consolidar e fortalecer sua organização. Vale lembrar que o Encontro bem como o incentivo à criação do MMS são parte das ações do PEAC. Diante desse quadro, o Projeto de

Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe é uma proposta de formação política que articula a luta dos povos e comunidades tradicionais por seus territórios de vida à luta das mulheres, considerando as subalternizações inscritas nos marcadores gênero, raça, trabalho artesanal e trabalho feminino.

Neste Encontro me deparei com uma série de conflitos e questões daquelas mulheres a forjar um Movimento Social de Mulheres. Discutiam como se manter vivas e como defender seus territórios diante das ações mortíferas. Trataram de várias pautas, entre elas: contaminação dos rios e mangues e o comprometimento de saúde e do trabalho que isso causa; cercamento e privatização dos rios e mangues de modo que as marisqueiras passaram a ser ameaçadas por homens armados que vigiam as propriedades (seu território de vida privatizado, tomado de assalto) com poder sobre o mangue para que não entrem ou não passem por caminhos que as levariam até ele, sob o risco de serem assassinadas; debatiam também a importância da afirmação e da institucionalização legal da categoria marisqueira como categoria de trabalho; e a organização em movimento social e a articulação deste com outros movimentos para travar as batalhas em pauta.

Tais conflitos me tocaram. Mulheres fazendo luta em defesa de seus territórios⁴, da possibilidade de sustentar seus modos de vida, de se manterem vivas na relação com os rios e manguezais que garantem alimento, saúde, alegria, cultura; de cuidarem das relações com seu povo ao mesmo tempo em que questionam como essas relações têm se dado; de problematizarem o papel do Estado e suas violências, de reclamarem e buscarem estratégias contra empreendimentos predatórios que as atacam diariamente.

Com a minha chegada ao mestrado, pude me juntar à equipe de técnicas, extensionistas e pesquisadoras, carinhosamente chamada de *Mulheres e Mangue*, compondo, assim, a equipe de assessoria ao MMS. Nesta composição, trago comigo as interpelações desse Encontro junto às questões que mobilizam desejos de fazer pesquisa, quais sejam, a oportunidade de compartilhar experiências e fazer uma experiência, colocar em análise questões inerentes à vida em relação, à psicologia em interface com a política, sobretudo, na forma das intervenções do Estado. Chamamos de Estado, de maneira simplificada, uma crença, o conjunto de elementos que caracterizam uma sociedade e o modelo de sociedade ao qual está vinculado: povo, população, fronteiras e como está organizado o poder nos termos do ordenamento legal e suas ferramentas de controle. Tendo em vista que todos esses

⁴ Acompanhamos a formulação de Félix Guattari em *As três ecologias* (1990), onde designa a noção de território como a composição ético-política entre meio ambiente, relações sociais e componentes de subjetividade.

elementos são vetores na produção de subjetividade, processo ao qual estamos nos dedicando aqui; e, preponderantemente, a possibilidade de criar e ampliar campos de possibilidade em territórios existenciais que façam fissura nas fronteiras estatais, territórios que não são apenas envolvem as delimitações espaciais, mas o espaço onde a vida se faz com tudo que a permeia, campo de sentido e criação.

Consideramos como melhor caminho para essa pesquisa-experiência o método cartográfico, pois o que impulsiona esse projeto de pesquisa é acompanhar a conflitualidade da subjetividade marisqueira e, assim, poder compor (contra)narrativas junto a elas, no tocante aos componentes de subjetivação em questão. Além disso, também são objetivos: conhecer as demandas das marisqueiras por meio da relação com o Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras (PEAC/UFS) na assessoria ao MMS; bem como acompanhar a reunião dessas mulheres na formação de um Movimento Social, de modo a perscrutar o que isso cria e faz criar, o que as relações nesse contexto convocam e implicam. Nesse intuito, a cartografia aparece como uma ferramenta que possibilita a construção de relações e vias de composição coletiva, aspectos que são fundamentais para a ética que sustenta essa pesquisa. Recusamos os paradigmas de pesquisa que carregam a lógica representacional, que se dirigem ao campo com conceitos preestabelecidos a serem verificados ou se valem da noção de neutralidade.

De acordo com Passos e Kastrup (2013), o método cartográfico toma o conhecimento como invenção e considera que a pesquisa é sempre intervenção. Neste caminho metodológico não existe uma realidade preexistente de onde serão coletados dados, mas sim, se entende que o conhecimento é produzido quando pesquisadoras e sujeitos da pesquisa articulam-se na dimensão processual da realidade que se constitui na experiência do encontro, dimensão chamada plano comum – um espaço virtual acessado via experiência concreta, onde é possível comunicação, conexão e tensionamento entre a diversidade de experiências singulares e heterogêneas que se atravessam de maneira transversal num plano que é pré-individual e coletivo e que se organiza como rede de composição e articulação que não está interessada em regularidades e uniformidades.

Ao longo do percurso, a político-clínica surge como estratégia para caminhar com as mulheres e suas histórias, haja vista que a entendemos como a instalação de uma abordagem ética, uma estratégia de escuta, acolhimento e problematização, ou ainda um espaço de criação e de invenção de novos possíveis. No caminho, a potência desse modo de fazer aparece em forma de pedido por essas mulheres que acreditavam que um espaço onde elas pudessem falar das suas feridas e compartilhar suas vivências traria força e algum tipo de

alívio, movimentando-as. Assim, deu-se um encontro entre a estratégia de assessorar uma organização política das mulheres e seu desejo de narrarem-se a si; entre pesquisar e o desejo das mulheres nesta caminhada, o que é um marco quando pensamos a partir da cartografia, pois seria o que podemos chamar de formação da rede de composição e articulação (PASSOS; KASTRUP, 2013), de modo que houve a construção de um caminho coletivo em relação ao que estávamos fazendo, tornando-se possível trocas, conexões, desfazimentos, descobertas e invenções clínico-políticas.

No texto que segue, almejo mostrar as linhas de composição que foram criadas para compartilhar essa experiência de pesquisa e os conflitos que atravessam a subjetivação-marisqueira. Como iniciei dizendo, não há expectativa de oferecer respostas ou soluções para as problemáticas que abordaremos. Este é um palco de discussões na tentativa de lançar atenção para essas histórias, para essas vidas, de criar uma escuta que não seja surda, que não deseje formar indivíduo e patologizar questões que decorrem da estrutura social racializada, generificada e classista em que vivemos, de maneiras diferenciadas a depender do ponto que ocupamos nessa estrutura. Esses debates serão postos aqui como um quadro de contradições e inquietações da experiência de caminhar nesta jornada e compor esse trabalho.

Para contar essa história, pensamos em cinco eixos, em tramar essa história a partir de cinco pontos de análise que se atravessam, e podem ser confusos, contraditórios como é a vida: 1) O pedido por uma clínica popular, e fazemos isso a partir da aposta na indissociabilidade entre clínica e política; 2) Conflitos da relação do MMS com o Estado na medida em que estamos falando de um movimento de mulheres que se organiza a partir de uma política pública que atua para oferecer estratégias de compensação e mitigação por causa dos impactos causados aos territórios de vida dessas mulheres e aí o pedido por direitos e o pedido por garantias por esse que é quem está destruindo esses mesmos territórios, e o analisador: petrobrás aparecendo como uma parceira; 3) O MMS como espaço clínico onde propomos pensar como o Movimento se faz uma clínica que endereça uma outra escuta psi. Como o movimento oferece um campo de imbricação e insurgências e a clínica acontece de modo a solicitar ampliações do que se entende por clínica. Além disso, têm mais dois pontos que não aparecem destacados, mas que são parte do corpo dessa história que 4) são a discussão em torno da noção de indivíduo e sujeito coletivo, como se juntam e como se separam; e 5) a questão da amizade política por onde a reunião de mulheres em movimento se encaminha e desemboca num processo de amizade política.

3. “*Transformar a dor em dança, em teatro, em luta*”: o pedido por uma “*clínica popular*”

Acessar um plano comum onde as histórias, em sua maioria, são isentas de heróis, ou, ao menos, onde os acontecimentos não podem vir a se tornarem menos dolorosos ou imunes à dor, ou até onde não se pode evitar que aconteça. O que há, entretanto, são histórias, dores, alegrias e desejo de que existir seja possível, que seu modo de existir possa transitar sem os cortes nas cercas da violência.

Lancei-me no desafio de tentar forjar um corpo pesquisadora em agenciamento com corpos-marisqueiras, corpos-mulheres em um movimento de mulheres. Logo de início surge a demanda vinda dessas mulheres de uma escuta que oferecesse acolhimento a corpos feridos por históricos de uma violência que não cessa. Esbarro, assim, com um pedido-desejo de que pudessem ser escutadas. Diante disto, surge o desejo de forjar uma clínica intercessora (DELEUZE, 1992), ou uma intercessão entre política e clínica, atenta aos processos de constituição de sujeito e, sobretudo, de singularização, que seja capaz de escutar as demandas de mulheres que se constituem de/na terra, água, ar, fogo, microrganismos, decomposição, rio, maré, lama, alimento, corpo vivo, cansaço, força, morte, paixão, medo, dor, violência, casamento, homens, classismo, machismo, racismo, sangue, desejo, alegria, mãe, pai, marido, crianças, mulher, cantos, sobrevivência e luta. Nesse lançar-me, carrego comigo o gosto por acompanhar processos.

No percurso desta pesquisa, compondo a equipe Mulheres e Mangue, pude acompanhar de perto o MMS, participando de reuniões e diversos eventos com variadas propostas. Com frequência, a pauta das reuniões e as propostas dos eventos tomavam um caminho diferente do que havia sido previsto, (in)surgindo, ali, a demanda de fala e acolhimento de sofrimentos vivenciados por parte das participantes, sendo frequente a presença de violência, seja em curso ou tendo sido vivida anteriormente. Múltiplas formas de violência eram narradas, e isto emergia em debates sobre gênero e sobre a categoria mulher recorrentemente. Neste ínterim, um pedido invariavelmente era feito: “*a gente precisa ter mais tempo com vocês pra gente falar, pra vocês ouvirem a gente*”.

Nós, da equipe Mulheres e Mangue, com as mulheres do Movimento, construímos um curso de gênero que aconteceu no povoado Pedra Furada da cidade de Santa Luzia do Itanhy (SE), em outubro de 2019. Alojadas no Centro Comunitário de Pedra Furada, ficamos juntas dois dias, entre refeições, fogueira, rodas de conversa, risadas, lágrimas, aulas, experimentações com o corpo. Um dos espaços do curso foi uma vivência artística com Ana

Gabriela de Machado Farias, psicóloga e dançarina convidada, na qual as mulheres dançavam junto com a performance dores, feridas, abusos e estigmas impressos pelo machismo em seus/nossos corpos. A artista empregou uma performance com a música interpretada por Elza Soares, *Mulher do fim do mundo* (2015), enquanto as marisqueiras liam trechos de músicas popularmente conhecidas que traziam frases depreciativas e de ataques contra mulheres, retratos da naturalização da violência contra a mulher e o feminino. Cada frase lida era escrita com um batom vermelho no corpo da dançarina, de modo a inscrever em seu corpo todas as violências. Uma “dupla” inscrição genealógica: “mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22), a saber pelo modo como a performance se encerrou: todas dançando e lavando os escritos numa bacia de alumínio, como que profanando a história de violências, questionamos se precisávamos seguir carregando aquelas marcas e estigmas. Foi um momento intenso e significativo para todas que estavam ali. Sua intensidade faz carne viva agora, ainda, aqui, nessa escrita.

Na manhã seguinte, quando abrimos a roda para conversar sobre o que havia sido experimentado, palavras como: violência, subjugação, opressão, ciúme, inveja, riscos e julgamentos foram enunciadas pelas mulheres. Ao questionarmos qual o nosso objetivo ali, responderam com voz coletiva *“mudar, transformar a dor em dança, em teatro, em luta. A gente não quer mais a coisa do jeito que está”*. Seguido dessa resposta, solicitaram à equipe de assessoria que aquela experiência pudesse acontecer continuamente, pedido esse que sempre aparecia nas rodas.

Muitas vezes, os encontros foram planejados para abordar aspectos do Plano de Trabalho, como acerca do papel da assessoria no Projeto de Fortalecimento Sociopolítico do PEAC, ou mesmo em cursos de comunicação e momentos para compartilhar sobre reuniões do Movimento, entre outros espaços. No entanto, a demanda de fala e acolhimento sobressaía, haja vista que as mulheres precisavam falar sobre situações que as feriram, ou que estavam vivenciando, sendo frequente os conflitos decorrentes do machismo institucionalizado e a violência, seja física, material, ou simbólica.

As mulheres do MMS trazem com frequência em seu discurso a dor de terem os seus territórios e seus território-corpo violados das mais diversas formas decorrentes do capitalismo, da ideia de propriedade privada, do machismo, da associação entre mulher e natureza, e natureza é para ser explorada, apropriada. A maioria das mulheres do grupo que faz o Movimento de Marisqueiras de Sergipe tem histórias de violência sexual, estão ou estiveram em relacionamentos onde sofreram variados abusos, estupros, ameaças, intimidação, espancamento, privação de liberdade, tortura. A maioria das mulheres do grupo

vivem cotidianamente em seus corpos adoecimentos decorrentes da precarização do trabalho no mangue – águas contaminadas, empreendimentos predatórios nos manguezais, ameaças por parte daqueles que se apropriam dos territórios tradicionais da mariscagem; negligência dos médicos, negação de direitos pelo Estado e muito mais.

O espaço de escuta é sempre significativo para essas mulheres, pois, com as companheiras do Movimento e a equipe Mulheres e Mangue, encontram abraços, sororidade e afetos que aumentam a potência de existir, que fazem elas recuperarem a sua força, produzirem coletivamente um território-comum-corpo-força. Tal espaço cavado insistentemente por elas possibilita, ainda, um olhar crítico e desestigmatizante, que enseja o questionamento de práticas sociais naturalizadas e naturalizantes; de modo que elas identificam a possibilidade de não assumirem lugares de culpa e aceitação pelos abusos que sofrem, mas, sim, caminhos de resistência e criação de outras narrativas de si e de outros territórios existenciais. Vale aqui também dizer que o conflito não é estranho a esse corpo-subjetividade constituído pelo capitalismo, tramado pelas mesmas linhas morais do racismo e machismo. Como assinalamos, trata-se de caminhos contraditórios e, em muitas medidas, um lutar contra si mesma na direção de também fazer ruir cercamentos subjetivos.

Liliana da Escóssia e Maurício Mangueira (2005), pensando em uma perspectiva clínico-institucional, resumem três princípios éticos fundamentais para o tornar-se clínico: “ser crítico de si mesmo e do si mesmo; revelar sua posição no espaço-tempo; situar seus objetivos, a fragmentação das formas instituídas, singularizando-compondo territórios existenciais, atualizando o pensamento do múltiplo” (p. 93). A autora e o autor argumentam que qualquer “ciência do humano” e para o “humano” bifurca-se em dois rumos não excludentes. Numa direção, é necessário dedicar-se aos modos como os sujeitos foram constituídos, o que há de instituído, ao passado que se prolonga e cria corpo no presente. Entre os compromissos da clínica, estão criar paisagens históricas que incluam tempos, espaços, circunstâncias que operam para a proveniência e emergência das subjetividades. Do outro lado, é imprescindível observar as forças instituintes, o que está em vias de constituição. Trate-se de um movimento cartográfico que conjuga presente, passado e futuro, e forja um campo de criação, atualização e multiplicação.

Em novembro de 2019, ocorreu o evento de lançamento do “Observatório Popular de violências, pela vida de mulheres de povos e comunidades tradicionais”, que é uma estratégia de luta pautada pela articulação entre movimentos sociais de mulheres de povos e comunidades tradicionais de Sergipe, movimentos sociais de mulheres urbanas e rurais, juntamente com pesquisadoras em defesa de seus territórios de vida (ambiental, social e

corporal). Em meio a uma discussão sobre as violências que as mulheres de comunidades tradicionais são submetidas, uma das mulheres abordou a demanda por espaços de escuta qualificada, nos termos de um pedido por uma clínica popular como umas das ações possíveis do Observatório. Uma das participantes, representante no evento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), disse que *“há urgência de uma psicologia/terapia que se faça popular”*, ao que entendemos o seu pedido como demanda e como denúncia de que a psicologia não é acessível para a camada pobre e socioeconomicamente desfavorecida da população sem deixar de grifar que o cuidado nunca é individual e nunca é separado da política.

A designação “clínica popular”, da maneira como ela abordou, foi emblemática, pois fala de um desejo coletivo de que seja possível ser acolhida enquanto mulher pobre em suas dores, angústias, fragilidades, vulnerabilidades, medos, desejos, potências, forças, expressões e criações. Elionice Conceição Sacramento, mulher, negra, pescadora e marisqueira de Salinas-BA, intelectual e liderança em sua comunidade, faz uma reflexão precisa sobre essas caracterizações:

Nossa consciência da condição racial, social e de gênero é construída. Nossas identidades de gênero, de raça e até de classe são construídas no enfrentamento às desigualdades e às injustiças. Isso me faz pensar por que só me sinto pobre quando estou fora da minha comunidade onde as coisas só se resolvem ou são encaminhadas com dinheiro ou pelos jogos dos interesses (SACRAMENTO, 2019, p. 57).

Chama atenção a marcação que aparece com a palavra “popular”, e que convoca para algo que seja aberto, não apenas no sentido de ser livre ou flexível em relação ao investimento monetário. Mas que atende a uma população com características específicas, pobreza, urbano-periférica ou rural, feminina, mulheres vítimas do machismo e do racismo. Quando designação “popular” aparece aponta a necessidade de uma especificidade dessa clínica e diz junto que existe uma clínica ou psicologia que não as acolhe, que se agencia com a pobreza, com o racismo, com o machismo, com a misoginia, com a xenofobia como instituições a sustentar modos de vida e tábuas de valores decadentes e mortíferos, sim, por meio da clínica psi a prescrever modos de vida capital. Pelo adjetivo popular, essas mulheres demandam um movimento da própria clínica, que ela se desenrole fora dos consultórios elitistas e privados, fora de práticas privatizantes; que ela olhe para o chão, que ela se dê lá onde a vida delas acontece, lá onde devem ser ‘tratadas’, lá onde o sofrimento psíquico é ético-político pois diz de uma subjetividade cercada pelos regimes de verdade de um tempo, de uma subjetividade atravessada pela moral de uma época capital, grande vetor de subjetivação.

O encontro dessas mulheres em um coletivo que se faz através da construção de um movimento social, sendo este um exercício novo para a maioria delas, inaugura estratégias de enfrentamento antes desconhecidas como experiência direta, estratégias que passam pelo próprio corpo. Esta empreitada as leva a se reconhecerem em uma série de classificações, questões e desejos. Nos espaços que acessaram em função das atividades do MMS e do projeto de assessoria ao MMS pelo Projeto de Fortalecimento Sociopolítico, elas relatam terem visto por outros ângulos o que é ser mulher, o que é o machismo, o que elas podem, chegando a trazer uma série de descobertas em torno do que lhes é possível, do que descobriram que não precisam se submeter e das batalhas que estão dispostas a travar, do que querem realizar, do que mobiliza seus corpos; falam ainda da alegria de viver, da alegria em estarem juntas, de como se sentem ao se verem lutando junto ao Movimento, das viagens que antes pensavam não poderem fazer, das conversas que antes não tinham, dos estados que pensaram que nunca sairiam; expressões estas que são coletivas.

Esses pedidos que estão aqui descritos porque estão mais detalhadamente vivos na memória nos registros, foram, entre tantos outros, por espaços de acolhimento, espaços clínicos para uma reinvenção de si que se pretende mais livre, mais potente. Livre, no que tange à possibilidade de uma constituição singular de si e do mundo.

[...] a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria. [...] A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem então ser separadas (FOUCAULT, 1995, p. 244, citado por GROPPA, 2011).

Assim o uso da palavra liberdade aqui não deve ser associado ao tratamento tantas vezes piegas que essa ideia ganha, em que se perde de vista o campo inevitável das relações. O desejo e a subjetividade são constituídos necessariamente entre as forças do encontro com o outro, a alteridade, símbolos, representações pré-fabricadas no esteio social e cultural. Ainda sobre subjetividade, Guattari e Rolnik (2013, p.43) indicam que, “não existe uma subjetividade do tipo ‘recipiente’ onde se colocariam coisas essencialmente exteriores que seriam ‘interiorizadas’”. A subjetividade resulta de agenciamentos coletivos que criam determinações de sentido de várias espécies, não só sociais, mas tecnológicas, de mídia e tantas outras. A liberdade, nesses termos, consiste na possibilidade do sujeito se reapropriar dos componentes da subjetividade e estabelecer com estes uma relação de expressão e de criação, processo que os autores chamam de singularização. É o que faz com que cada sujeito

possa forjar seu corpo, diferente de qualquer outro e se relacionar com o mundo à sua maneira, ainda que inevitavelmente se constitua em processos e agenciamentos que são necessariamente coletivos. Neste ponto admitimos a possibilidade de contraposição aos processos capitalísticos que empreendem a produção de indivíduos serializados.

A demanda por uma clínica popular é, entre outras coisas, para que seja possível não se submeter mais a maridos espancadores, que determinam onde a mulher pode ou não ir; que seja possível não se submeter ao sexo forçado. Sobre isto, vale dizer que o estupro é muito utilizado como uma afirmação de superioridade, posse e controle dos homens sobre as mulheres-natureza e, segundo as marisqueiras nos contam, como demonstração tanto do interesse sexual pelo marido quanto como suposta garantia de que não vai haver desejo/necessidade de procurar sexualmente outros homens enquanto estiverem fora, ganhando, assim, a permissão de encontrar-se com as companheiras de movimento para uma reunião.

Além do exposto, esta demanda funciona ainda para que o Estado reconheça a atividade da mariscagem como uma profissão (de mulher); para que os empreendimentos capitalistas não cerquem e não poluam suas águas e mananciais de vida e trabalho; para que as mulheres parem de ser mortas por serem mulheres; para que se constituir como mulher não seja vivido como uma grande violência e criação de um corpo que, identificado com a natureza por uma ciência e uma sociedade que almeja conhecer para controlar a natureza – pode e, em alguma medida, deve – ser violentado.

*Então eu digo hoje... à mulher: não deixe o homem dar o primeiro tapa.
Pegue uma faca!*
(Marisqueira, 2019).

E também não pode recuar com os marido que a gente tem, porque têm maridos em casa que não quer nem deixar a mulher sair da porta pra fora, “por que é, pra onde”, “você quer ir pra onde?”, “vai buscar benefício não, fique em casa!” [refere-se às falas dos maridos]. Não, a gente tem de buscar nossos direitos, porque se eles têm direito de ser trabalhador, nós também como mulher tem o direito de ser também, pode ser pedreira, ajudante, tudo na nossa comunidade e trabalhar e ser guerreira sim, com orgulho! Nós somos marisqueiras, nós estamos aqui juntas para buscar benefício para nossa comunidade e ser guerreira sim, buscar nossos direitos porque precisa ser mulher batalhadeira e sim com orgulho de ser marisqueira e ser mulher.
(Marisqueira, 2019)

Me roubaram tudo, até o medo.
(Mulher Mapuche, 2019, em curso de gênero parte dos eventos de lançamento do Observatório)

Estes fragmentos de fala carregam enunciações coletivas. Quando elas/nós falamos dos maridos abusadores, não queremos pessoalizar essas figuras. Tratamos, em contrapartida, do machismo institucional que constitui a sociedade que construímos e que atravessa os nossos corpos, de homens e mulheres. Chama atenção nas falas o posicionamento em trincheira, de quem chegou ao limite do que é possível suportar e se deu conta de que outros modos de se relacionar precisam existir, é vida ou morte. *“Pegue uma faca”, “não pode recuar com os marido que a gente tem”, “me roubaram tudo, até o medo”*. Essas frases trazem força de ação, não é mais possível não se lançar à ação, o medo não protege, o medo mata o desejo, a alegria. Reinventar mundos para ser possível viver.

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Entre a vida e a morte

Não se trata de se dispor à troca de violência como um modo de funcionar, mas da possibilidade de matar certas formas de relação para criar outras. A clínica popular que essas mulheres forçam a pensar também almeja se desfazer das cercas de formas de relação que delimitam uma sina privatista e privatizante. Tal clínica atua junto a sujeitos coletivos. Desse modo, as questões de territórios, corpo, conflitos, amizade política, solidariedade e sororidade são elementos fundamentais para pensar os caminhos da clínica nesse trabalho. A mulher marisqueira é um sujeito coletivo e essas mulheres, ao se reconhecerem em um movimento social enfrentando os conflitos desse encontro, estão produzindo uma clínica, na medida em que esses encontros e conflitos movimentam desejos, produzem ação, efeitos-subjetividade, dobras de si e do mundo. Como afirmam Escóssia e Manguiera (2005) os objetivos da clínica em uma perspectiva clínico-institucional, “são, por um lado, permanecer atenta às naturalizações instituídas ao longo da história, por outro, perscrutar a constituição de um mundo próprio, oportunizar a afirmação de um ponto de vista, voltar-se para as ‘criações parciais’” (p. 96).

As marisqueiras em suas relações, conflitos, afetos e desejos compõem caminhos de vida, fazem emergir possíveis nesse nosso espaço-tempo capital, por atualizarem a duras penas modos de viver tradicionais, compondo vida com a natureza, entendendo-se natureza. A todo o momento, novos arranjos relacionais acompanham os sujeitos em suas relações

consigo mesmas, produzindo movimentos de transformação da coletividade e desestabilizando o instituído (FOUCAULT, 2006). Inventar outros modos de estar no mundo, narrar outras e novas histórias de si, são pontos de força nos pedidos de uma escuta clínica por essas mulheres: o desejo de outrar-si. Este é também o desejo dessa pesquisadora.

Depois que eu entrei no movimento, graças a deus, graças a deus pra mim tem sido ótimo, muito bom, pra mim mudou muita coisa em mim mesma. Eu me sentia assim, deprimida, angustiada, sem alegria. Conheci pessoas que me deu palavras de conforto, entendeu? Pessoas que me divertiu muito que tirou a raiva da minha mente que eu nem pensava de tirar, mas tirou, com palavras. Conheci lugares que me aconchegou bastante e isso mudou muito meu raciocínio. Quanto mais chega gente no nosso movimento é muito mais melhor ainda.

(Marisqueira, 2019)

Tem um pedaço que faltou, que eu falei só do que enfraquece, mas também foi falado sobre o que fortalece nas relações e aí são as dificuldades em comum entre as mulheres do movimento e a força de algumas em alguns momentos em que outras estão mais frágeis. Então isso foi tratado como uma coisa que acaba... que vocês acabam se encontrando e a outra alimentando um pouco a outra que tá mais frágil no momento e dentro das dificuldades foi destacado a questão da violência que algumas sofriam dentro de casa, com alguns companheiros e quando isso apareceu isso juntou, isso uniu as mulheres em torno de uma luta de enfrentamento dessa violência.

(Marisqueira, 2019).

Como mostram as vozes das marisqueiras citadas acima, o Movimento, o encontro entre elas aparece como um campo de abertura para abandonar práticas destrutivas e criar modos de se relacionar que aumentem a potência de existir. Não há um modelo pronto de clínica a se reproduzir ou adaptar para fazer essa clínica popular. A clínica que propomos aqui é, de saída, um espaço de criação e acolhimento que não conta com nenhum protocolo e não parte de nenhuma especialidade, mas que busca reconhecer pistas possíveis encarnadas num modo de vida. Essa clínica é viva e perscruta a possibilidade de diferenciar e reconstruir sentidos e sensações, dando expressão a um modo de vida.

Contra o mortífero, a vida.

Contra o controle, a invenção.

Contra a norma, a diferença.

Contra o medo, os encontros, a alegria, a festa.



Autor: Núcleo de Educomunicação/PEAC.

*Quando o sol nascer o dia
Eu levanto e saio bem cedo
Catar massunin, siri, aratu
Pescado do bom e caranguejo*

*Sou, sou marisqueira
Rainha do mangue, eu sou guerreira
Sou, sou marisqueira
Mulher de Luta, batalhadeira*

*É o vento que me dá
É o rio, é o mangue, é o mar
É o vento que me dá, ô iá iá
É o rio, é o mangue, é o mar*

*Sou, sou marisqueira
Rainha do mangue, eu sou guerreira
Sou, sou marisqueira
Mulher de Luta, batalhadeira*

*Dói no peito, rio cercado
Dói no peito não ter pescado
Vem, mulher, lute e emancipe
Somos as marisqueiras de Sergipe*

*Sou, sou marisqueira
Rainha do mangue, eu sou guerreira
Sou, sou marisqueira
Mulher de Luta, batalhadeira*

(Hino do Movimento de Marisqueiras de Sergipe).



Autor: Núcleo de Educomunicação/PEAC.

4. “O mangue é o nosso cheiro e se o mangue morre, nós morre junto com ele”: relação com o Estado

As marisqueiras em Sergipe enfrentam cada vez mais o processo de destruição do território de mariscagem, haja vista que os mangues estão sendo reservados às grandes corporações que representam os interesses do capital, isso quando esses mananciais, berços de vida em proliferação não dão espaço a jardins de concreto, sendo completamente aplainados, destruídos para dar espaço ao desenvolvimento da cidade. Dessa forma, essas mulheres enfrentam profundas dificuldades para sustentar seus modos de vida na relação com os manguezais. A mariscagem, para além do ofício que subsidia a manutenção da sobrevivência de suas famílias, está inserida em um campo que é simbólico e existencial, qual seja, a representação do trabalho como categoria de formação subjetiva.

O rio, a terra, a vegetação e a lama fazem parte da composição do corpo da mulher marisqueira com suas dores e prazeres, orgulhos e vergonhas, paixões e angústias. Os interesses político-econômicos dominantes cada vez mais subjagam este território, esvaziam de sentido e inviabilizam a sobrevivência dos modos de existir que se constituem na relação com o mangue, o rio e a mariscagem. Trata-se de um longo processo de expropriação física e simbólica; uma política de morte. Empreendimentos predatórios impõem limites e imprimem cercas em territórios que antes eram coletivos. Assim, as “cercas” aparecem como um sintoma do cerceamento de modos de vida que não se ajustam à lógica da máxima exploração produtiva e do lucro.

Pierre Clastres (2004) cunhou o termo etnocídio para dar conta da reflexão a respeito da eliminação de culturas que configuram obstáculo ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural do capital, que extrapola a realidade que o genocídio conceitua.

Se o termo genocídio remete à idéia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida (CLASTRES, 2004, p. 83).

Nesses termos, agenciando-nos com tal conceito, entedemos a destruição dos territórios de vida das marisqueiras em Sergipe como empreendimento etnocida. Estado e

Marisqueiras têm relações, sentidos e interesses distintos quanto ao mangue e as águas. Diferente do genocídio, o etnocídio extermina a diferença pela via da transformação do Outro, produzindo identificação ao modelo que se impõe coercitivamente. Clastres aponta que o etnocídio:

[...] tem em comum com o genocídio uma visão idêntica do Outro: o Outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se se pode dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto. A negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si. (CLASTRES, 2004, p. 83)

A exploração dos territórios de vida das marisqueiras é legitimada e executada pelo Estado com o argumento do ‘bem maior’, do desenvolvimento, de um suposto uso mais produtivo dessas áreas que geram ganhos financeiros e energéticos para toda a sociedade. “A violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado” (CLASTRES, 2004, p. 90). A sociedade, nesta perspectiva, é compreendida como um corpo homogêneo em que todos têm interesses comuns e se alinham com a lógica da máxima produção do capital. Em nome disso, modos de viver que divergem dessa lógica são suprimidos.

É o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim: seja ele, aliás, liberal, privado, como na Europa ocidental, ou planejado, de Estado, como na Europa oriental. A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade. (CLASTRES, 2004, p. 91)

Que forças atravessam os corpos dessas mulheres marisqueiras e suas subjetividades? As marisqueiras que vivem nas comunidades são objeto dos empreendimentos do Estado, sendo que este último nega a ‘improdutividade’ e a não exploração econômica sob a alegação de que são recursos. No entanto, para as marisqueiras são territórios existenciais: terra, água, sal, lama, fauna, flora, vizinhança, costumes, crenças, significados, toda uma atmosfera que constitui o corpo da marisqueira. A terra, a água, o sal e a lama também agenciam, também produzem cultura, são produtivas. Mas em que termos?

Bataille (2013), inspirado fundamentalmente nas observações de Marcel Mauss e outros etnólogos sobre as instituições econômicas primitivas, dedica-se à noção de dispêndio/êxtase, referindo-se à possibilidade dos interesses e atividades das sociedades humanas não serem restritos à utilidade, reprodução e conservação, de modo que também se orientam para modos de consumo que não servem de meio-termo à produção ‘produtivista (o cacoete aqui é necessário). Os modos de vida nas comunidades tradicionais denunciam a possibilidade de outras formas de estar no mundo que desviam das imposições capitalistas. Formas de viver baseadas em saberes ancestrais com os quais é possível manter uma relação que não esteja centrada na exploração, mas em trocas sustentáveis com a diversidade da natureza da qual se faz parte e em comunidade, indicando ainda a não naturalidade da lógica monetária, da produtividade versus escassez. Eis a suposta má diferença como Clastres (2004) enuncia.

O capitalismo cria normas e subjetividades que fazem com que a acumulação e o produtivismo sejam experimentados como necessidades absolutas. O Estado cria espaços de colonialidade dentro dos limites da democracia. O necropoder (MBEMBE, 2018), poder de fazer morrer e deixar viver, se veste de dispositivo necessário à manutenção de um social voltado para produção de progresso onde vale tudo e os fins justificam os meios. Diante deste cenário, os povoamentos que constroem sociabilidades em alicerces outros e em uma relação de troca com as forças da natureza são vistos como atrasados, inviáveis. Como assim uma mulher viver imersa na lama em pleno século XXI? Melhor que ela seja faxineira de um *resort* construído à beira do rio. Assim ela terá emprego garantido. Não acham?

Não explorar ao máximo é visto como desperdício, um atentado ao Capital, mesmo porque, como já apontara Clastres (2004, p. 91), “a produtividade deve ser levada a seu regime máximo de intensidade”; máquina a todo gás. Dessa maneira, as práticas ancestrais das marisqueiras aparecem como algo a ser combatido, colonizado, que necessita de um poder soberano que crie os enquadramentos capazes de delimitar como e por onde esses corpos podem transitar. A necropolítica (MBEMBE, 2018) como modo de governar nos mostra que o etnocídio e o genocídio andam juntos apesar de se diferenciarem como conceito e como estratégias. Diferenciar, neste caso, é sinônimo de multiplicar e não de falta de semelhança. O etnocídio como empreendimento de morte da cultura também mata junto a carne, o fôlego de homens e mulheres que perdem a terra, as águas, as condições de trabalho e de sociabilidade em nome da proposição/imposição do novo modelo que não tem espaço para a maioria desses corpos. Ainda que, por diferentes forças, uma parte deles assimilem ou não este novo modelo,

são punidos por não terem o mérito de ‘conquistar um lugar’ na concorrência capitalística, são torturados, abandonados e enfraquecidos até a morte, inclusive de fome⁵.

No Brasil, na zona costeira de Sergipe, não existem cercas que separam sujeitos de direito de sujeitos à margem da Constituição, uma vez que “todos somos iguais perante a lei”, conforme a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). No entanto, as cercas demarcam materialmente zonas de privilégio, de maneira que o acesso ao rio, e o próprio rio, em várias partes, estão sob a propriedade do setor privado. Grandes empresários da especulação imobiliária, turismo predatório e fazendas de carcinicultura (nome dado à técnica de produção de camarão em viveiros) controlam o uso das águas e ameaçam a vida de quem atravessar os limites impostos pelo setor econômico – com a proteção do Estado e de todo ordenamento legal.

Além das cercas materiais, ainda existem as cercas simbólicas que produzem uma subjetividade na qual ser marisqueira passa a aparecer como algo ruim, sujo, demasiado pesado e inapropriado para as novas gerações. Os desejos, os saberes, a construção do corpo em agenciamento com o mangue sofrem com a desvalorização de todos os símbolos desse modo de vida. Outrossim, contra o desejo de poder educar os filhos e filhas na maré, e lhes ensinar a pescar e mariscar, prevalece a necessidade de mantê-los na escola por ordem do Estado e, sobretudo, para que possam conseguir empregos; empregos estes que combinam melhor com a lógica predatória do Capital e, sob hipótese alguma, englobaria, ainda na escola, um projeto de vida marisqueira.

*E a gente diz assim, eu não quero isso pros nossos filhos porque assim...
Naquele tempo que a gente começou tinha marisco... A gente viu a realidade, tinha marisco de encher um caminhão... Então, quando a gente diz: eu não quero isso para os nossos filhos porque a gente quer que nossos filhos estudem, tenham um futuro melhor, a gente almeja uma coisa melhor pra eles. É prazeroso, mas é muito pesado... A gente já tá ali, começamos como os nossos pais. Mas não colocamos nossos filhos... E a gente sabe que mais tarde daqui a uns anos não vai ter mais... quando nossos filhos tiver, digamos com os nossos netos, não vai ter mais o que colher no mangue. A realidade é isso.
(Marisqueira, 2018)*

A satisfação de estar na maré e com ela retirar o sustento da família é despotencializada pela frustração de já não haver mais mariscos para coletar; se antes os

⁵ Saliente-se que, em 2020, o PEAC desenvolveu questionário para desenvolver acompanhamento das condições de vida em tempos de pandemia dos pescadores e pescadoras artesanais assessorados e seus arredores. Os dados produzidos por telefonemas às lideranças foram assustadores, apresentando um contexto de exasperação das desigualdades sociais, de aprofundamento da precarização de seus territórios de vida, adensamento de cenários de fome, de violências contra mulher e de individualização do cuidado com absoluta sobrecarga das mulheres, ampliando violências e violações.

barcos voltavam cheios, hoje em dia encher um balde é um sacrifício. As ações mortíferas do Capital contra estes territórios criam um campo sensível que faz se perceber a realidade como dada ou inevitável.

O dito acima “*a realidade é isso*” traz à tona uma tensão central neste contexto em que as mulheres se juntaram para lutar como movimento social tendo como bandeira a defesa de seu território de vida, deixa escapar um medo que é coletivo, o de não ter jeito, de não ter saída. Medo que se desdobra no apelo ao direito e que inúmeras vezes faz essa luta transpor-se para a batalha por dignidade, por condições de viver bem, seja na beira do mangue ou na cidade, com empregos, salários e competitividade. Viver é mais urgente! Ostentar o trabalho sem padrões no mangue, a alegria de compartilhar dores, conselhos, histórias, saberes, sorrisos com as companheiras no mangue diante da fome se tornam lembranças e saudade.

Falar de marisco hoje é raridade porque hoje nós mulheres vai p o mangue... Eu vejo o marido de [cita nome de colega] que ele sobrevive do mangue quando ele não pesca da rede não dá, ele tá no mangue tirando ostra. Mas ele antes quando ele ia ele tirava 10kg, 12kg. Hoje ele vai junto com a filha e mais um filho se ele tirar 3 kg 4 kg por semana ele sai alegre batendo palmas de alegria. Bem assim é a gente, a gente vai hoje em dia... Antes eu tinha um sítio, nós tinha um terreno na beira da maré, tá lá pra quem quiser ver, não tem carreta que leve os cascalho de ostra que a gente tem. É, não tem. É da altura de uma casa daquela, uma ruma, cada uma ruma de cascalho, e tem gente que conhece a comunidade lá e sabe. No tempo da gente, como [cita nome de colega] tava falando a canoa vinha bebe água e num bebe, mas hoje é muito difícil. O que pega mais um pouquinho quando tá bom de pegar é o aratu que sempre tem mais. O pessoal pega à noite na lanterna e as mulheres pega pelo dia.
(Marisqueira, 2017)

Os mangues estão poluídos pelos esgotos da urbanização, pelos agrotóxicos usados nos tanques de carcinicultura, pelos dejetos da indústria, por modos de coletas que não são sustentáveis. Os saberes ancestrais, os conhecimentos populares sofrem com a desvalorização e subjugação em favor do conhecimento científico-acadêmico, considerado único legítimo. O corpo que se constituía no mangue, na lama, nas águas, entre as plantas e animais, andando longas distâncias, nadando, carregando baldes e cestos agora passa a estar mais restrito às salas de aula ou à casa. A vida em comunidade está sendo despontencializada. As famílias hoje sofrem com a dependência monetária que este sistema impõe, de modo que já não é mais possível manter o sustento com o mangue. O mangue está morrendo. Um modo de vida feminino batizado de mariscagem também.

Os manguezais estão sendo assassinados para a construção de bairros, condomínios, esgotos, estradas, hotéis, viveiros, entre tantos empreendimentos que, para a lógica capitalista, são mais produtivos, ou seja, têm mais valor. No entanto, os mangues são ecossistemas considerados berçário da natureza por sua importância na manutenção do equilíbrio ecológico, impactando tanto a vida dos que convivem nesses territórios quanto os que não convivem. Já para os povoados que habitam esses espaços alagadiços, o mangue flui por suas veias. A morte do mangue é também a morte de seus corpos, de suas culturas.

O Estado em sua soberania decide sobre a vida a partir de interesses que não dão conta de inúmeros aspectos coletivos e os subjugam aos interesses capitalísticos, criando, como indica Achille Mbembe (2018, p. 39), uma “terceira zona”. As águas tratadas como objeto recebem o estatuto de recurso a ser explorado. As marisqueiras, não diferentes, passam a ser tratadas também como objetos, na medida em que o Estado forja a possibilidade de tensionar a maneira como devem ocupar os espaços e quais espaços podem ocupar, se arvorando o direito de movê-las como peças no jogo da exploração e extermínio. Para o autor (2018, p. 39), “soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto”.

As marisqueiras nos contam sobre este processo de transformação no/do território e denunciam a destruição de práticas ancestrais de trabalho. Em uma reunião de 2017, quando falaram sobre o retorno financeiro do trabalho de marisqueira, contaram que a quantidade de mariscos diminuiu muito, relataram que anos atrás cada ida ao mangue rendia uma média de 15kg a 20 kg de mariscos por pessoa e que seus barcos voltavam cheios, enquanto naquele período cada uma, quando muito, coletava 10 kg por semana. Vale destacar que, desde 2017, o processo de destruição destes territórios tem se intensificado, havendo, inclusive, em 2019, uma tragédia crime com derramamento de (petr)óleo⁶ que provocou impactos imensuráveis no litoral do nordeste. Em novembro deste mesmo ano durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia que foi sediado pela Universidade Federal de Sergipe, o MMS liderou uma visita a uma das praias de Aracaju-Sergipe com um grupo de pessoas de diferentes estados do Brasil, onde puderam ver de perto o petróleo que invadiu as praias. Durante os debates, uma marisqueira, que não leu sobre o etnocídio, apresentou com seu corpo o conceito ao dizer e

⁶ Houve um longo debate sobre a necessidade de citar que tipo de óleo era, optando-se em assinalar, com todas as letras, que foi petróleo, não outro óleo (de cozinha, óleo diesel etc.), o óleo que foi derramado, manchando vidas e modos de viver na costa brasileira.

gesticular: *“Quem tem [dinheiro] fala mais alto. E quem não tem [dinheiro] se abaixa [...] Se o mangue morre, nós morre junto com ele”*⁷.

No Brasil, as políticas de governo ainda são bastante colonialistas, onde uma forjada autoridade força verdades, necessidades e faz cumprir projetos que desconsideram realidades que não se enquadram nos objetivos destes projetos, relegando a esses sujeitos a morte física, simbólica, de desejo, de coletivos, como nos contara a marisqueira acima citada. Como escreveu Mbembe (2018, p. 41):

A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço, os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada.

Se homens pobres, negros, periféricos vivem uns sobre os outros, e as mulheres negras periféricas? Nas cidades ou nos campos, o “outro do outro” como diria Grada Kilomba (2019), antítese da branquitude e da masculinidade, dupla objetificação? A cidade do colonizado é habitada por pessoas que sofrem com o empobrecimento simbólico da relação com seu território e com a morte em seu sentido mais literal; nascem e sobrevivem da luta em teimar viver. Mas, estamos falando de mulheres, trabalhadoras artesanais sem poder monetário/aquisitivo em um Estado que opera segundo normas regulatórias de mercado e de gênero que dificultam a visibilidade destes sujeitos, aliás, sujeitas – ousamos não deixar de evidenciar que a produção de morte e grande parte dos conflitos que as marisqueiras enfrentam estão ligados ao fato de se constituírem como mulheres.

A destruição de seus territórios de vida se faz em nome de um projeto de precarização; de modo que suas vidas são gestadas como precárias e, portanto, não lhes é possível manter condições sociais, econômicas e políticas de sobrevivência e prosperidade (BUTLER, 2018). Assim, a destruição de seus territórios é legitimada e, mais do que isso, invisibilizada.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que

⁷ Disponível em “Tire o óleo do caminho que aqui é meu lugar” (2019) no link <https://www.youtube.com/watch?v=O0Tp5emQPLo>.

com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (BUTLER, 2018, p. 46-47).

Morrem pelo machismo, de fome, de doenças para as quais existe tratamento e cura, de falta de acesso, de invisibilização; morrem como símbolos do que não ser na trama capitalista: não ser pobre, não ser marisqueira sem poder monetário. Para os agentes de colonização, no mundo do colonizado todos são iguais, igualmente precarizáveis. É imensurável as ações mortíferas contra os mangues e os povoamentos que vivem deles e com eles. E, assim, as marisqueiras caem na rede da individualização, cada vez mais assumindo a sina da “mulher de casa”, responsável pela casa. Como mulher negra, da mulher da casa de família (que não é a sua).

5. “*Que tipo de cerca nós, marisqueiras, queremos derrubar?*”: organização em movimento social e MMS como espaço clínico

Algumas marisqueiras fizeram um intercâmbio no Chile, onde tiveram uma experiência com o cotidiano no território Mapuche. Relatam que esta experiência fora importante para conhecerem a luta do povo Mapuche, em especial a luta das mulheres Mapuche em defesa de sua cosmologia e do bem viver, bem como para o reconhecimento de suas próprias lutas. Este reconhecimento se faz na medida em que pessoas de outros territórios conhecem a luta do MMS, consoante ao próprio reconhecimento da força de sua luta pelo próprio Movimento, diante do que significa para elas compartilharem sobre suas lutas em outro país.

Além desse e de outros intercâmbios, o Movimento tem firmado alianças e participado de diversos encontros, oficinas, atos públicos, congressos e cursos. Estes espaços formam essas mulheres como militantes, e sem deixar de dizer o óbvio, como sujeito já que, todos os espaços pelos quais passamos contribuem para nossa construção e para os modos como participamos da sociedade, partindo do princípio que somos sujeitos construídos sobre os regimes de verdade de um tempo (FOUCAULT, 1979). Através do MMS, elas têm acesso a espaços de transmutação, experimentando em/com seus corpos sensações e compreensões que, como elas dizem, nunca imaginaram. Essas mulheres ao longo da caminhada com o Movimento relatam que se sentem mais fortalecidas para lutar contra a submissão, contra as agressões e as mais diversas formas de violência que enfrentam. Amplia-se a visão delas em relação a elas mesmas e a compreensão de fatores fundamentais que marcam seus corpos como mulheres-marisqueiras-trabalhadoras-trabalhadoras artesanais.

O Movimento de Marisqueiras de Sergipe tem uma contradição em seu cerne que é ter se constituído por dentro do PEAC com apoio pedagógico, financeiro e logístico do Programa. Assim, o Movimento ainda mantém um funcionamento muito ligado ao suporte do PEAC, muitas vezes escancarado nas queixas que fazem à equipe de assessoria quando atribuem a dispersão do Movimento ou a impossibilidade de realizar ações por falta de recurso ou por entraves burocráticos na liberação de recursos. O que está em questão é que o Movimento com mais de cinco anos não tem uma política financeira e estratégias próprias de automanutenção, ficando muito dependente do suporte do Programa. As escolhas políticas que fazem, quem consideram aliados, o que compreendem como parcerias, a falta de trabalho de base, são elementos que indicam o que estamos falando.

Quando questionávamos, por exemplo, quais são os parceiros do MMS, as marisqueiras sempre costumavam citar, entre outras entidades, a Petrobrás, empresa que executa as ações de exploração em seus territórios.

O Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra para fora dos circuitos econômicos uma parte considerável da população. E num segundo momento ele vem socorrer, vem dar assistência a essa população, mas com a condição de ela passar por esse sistema de controle (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 173).

Marisqueiras reconhecem a Petrobrás como parceira, levando em consideração as ações do PEAC, mesmo sabendo que o Programa é uma obrigação institucional como 'restituição' pela exploração/assassinato dos territórios prejudicados. Não à toa as intervenções desta instituição englobam ações de mitigação e compensação, como também não o é que, ainda assim, as marisqueiras recorram ou deleguem como parceiro, justo de quem precisariam ser protegidas, como lembrou Butler (2018).

Ainda sobre o que é um parceiro, trago que já houve um desentendimento entre as mulheres do Movimento em torno disto. Elas estavam se organizando para arrecadar fundos para atividades do Movimento e duas participantes imprimiram uma série de ofícios que foram distribuídos entre figuras políticas, comerciantes e empresários da cidade onde moram, usando o dinheiro do Movimento. Nesta ação, os ofícios seriam dirigidos a figuras com quem as mulheres se articulam de maneira pessoal, mas que não se alinham com os princípios do Movimento, indicando, entre outros aspectos, uma desorganização do Movimento em como as ações devem ser encaminhadas.

Há uma norma do MMS que diz que as decisões tomadas em reunião, independentemente do número de participantes, devem ser respeitadas como decisões coletivas e acolhidas independente de opiniões individuais. No entanto, várias decisões tomadas em reuniões são sobrepostas por encaminhamentos discutidos no grupo de *whatsapp* do MMS, ou, até mesmo, em atitudes individuais sem acordo com o grupo, como neste caso. Esta não é uma situação isolada, e não trata apenas de discordâncias internas, mas de um modo de funcionar do grupo que não está bem estruturado organicamente na função militância como revelam suas práticas apesar de terem uma carta de princípios. No caso do episódio em questão, se sucederam muitas brigas, ofensas e agressões, além de culpabilização individual. Salta, por sua vez, que o fato de terem usado o dinheiro do caixa para imprimir os ofícios sem pactuarem coletivamente parece ter acalorado os desentendimentos muito mais do

que não terem pactuado se as pessoas a quem os officios estavam sendo dirigidos eram ou não parceiros de luta, o que quase passou sem ser dito.

Aí eu pergunto, e que sirva de reflexão pra cada uma, que tipo de cerca nós, marisqueiras, queremos derrubar? Será que é a cerca do latifúndio, será que é o proprietário de terra que cerca a beira da maré pra gente não passar? Ou será que é as cercas internas que tem dentro da gente e que a gente não tá conseguindo dar conta ou visualizar? Quais são as cercas realmente que a gente quer derrubar? É isso que a gente precisa ter a consciência e também ter o entendimento. E a gente começar a derrubar essas cercas pra que a gente possa avançar, porque se continuar como tá, infelizmente a gente não vai derrubar cerca nenhuma. As cercas é que vai derrubar a gente e tá derrubando.
(Marisqueira, 2019)

Essa fala abre campo para uma nova política relacional para colocar outras inquietações que nos trouxeram até aqui, tendo em vista a força que há nisto que foi dito: “*Quais são as cercas realmente que a gente quer derrubar?*”. A indagação feita cria eco, e nos dá pistas sobre contradições importantes ao pensarmos formação do MMS e a relação delas no/como o MMS, algumas perguntas sempre voltam: o que vai acontecer com o MMS sem o apoio da Petrobrás? Por que o MMS tem tanta dificuldade de caminhar com as próprias pernas? O que acontece que elas não agem de acordo com os princípios que elas mesmas criaram para o Movimento? Por que não realizam as tarefas que determinaram para o avanço do MMS? Elas ficam muito dependentes de apoio técnico e político porque não sabem fazer um movimento social e/ou não é isso exatamente que elas querem?

Como já dissemos, essas mulheres se conheceram por meio de uma política pública e iniciaram a formação de um movimento social na tentativa de criar estratégias de luta contra as opressões, ao que parece formar um movimento social que se apresentou como uma possível linha de ação. No entanto, a maioria delas não tem experiência de militância, não teve acesso à formação política anterior e, em sua maioria, não passaram por um processo de escolarização. Aspectos que para elas são importantes quando estão tentando definir quem vai representar o MMS nos espaços de luta. Na tentativa de eleger uma representante, reproduzem discursos que são vetores de violência contra elas próprias, por exemplo, ao tentarem dissuadir uma companheira de ocupar o papel de representante, para defenderem outro nome ou para não ocupar o papel, porque julgam que esta não sabe falar já que é analfabeta e/ou não assimilou a linguagem formal; não é bonita, ou seja, não está dentro do padrão de beleza; não tem experiência com espaço de debate, então, não vai poder desempenhar bem tal papel.

Essa é uma questão do MMS, mas não é uma especificidade. O Movimento é uma estratégia de representação que está fazendo um enfrentamento, e na relação com o Estado compreende-se, ou é a maneira que elas encontraram, que para essa relação é necessário assimilar alguns códigos e elas entendem que algumas mulheres assimilaram melhor esses códigos. Isso aparece quando elas dizem: “*você fala mais bonito, fale!*”, entre outras expressões. Mas quem aprendeu a falar? Como o MMS é um processo formativo e ao mesmo tempo reifica-se quem fala/faz/ é melhor?

São mulheres que, por sua vez, têm uma dinâmica de vida imersa na mariscagem, nos cuidados de casa e da família. Atualmente o movimento tem pouco mais de cinco anos desde sua carta proposta para a fundação do MMS, em 18 de outubro de 2015, e ainda busca se consolidar como grupo, como movimento social, como coletivo. Então, elas estão aprendendo, enquanto fazem, a se fazer um grupo de mulheres e um movimento social. Nesse percurso, há uma série de tensões entre elas em torno de como devem atuar enquanto militantes, mulheres, sujeitas. Nesse processo, quem não foi escolarizada, não tem um percurso de militância anterior ou não se comporta de uma maneira consistente com determinados códigos sociais é colocada em um lugar inferior na hierarquia. Assim se reproduzem inferiorização, infantilização, individualização e hierarquização dentro do Movimento.

É comum que as mulheres se comportem de maneira bastante familialista, de modo que os conflitos são pessoalizados e acabam tendo desentendimentos tratados de maneira pessoal, ocasionando divisões no grupo. Quem gosta de uma parte defende o ponto de vista desta parte, quem tem mais intimidade com a outra parte apoia este lado e deste modo questões coletivas e os objetivos do Movimento ficam sendo postos de lado diante das hostilidades e das identificações pessoais. Observamos os códigos do machismo e do capitalismo sendo reproduzidos por elas, usando, inclusive, para oprimir umas às outras. Vimos elas competirem entre elas, disputando lugares de destaque no Movimento, ostentando uma dedicação e implicação maior do que a de outras, ao ponto de discutirem quem estaria mais qualificada para ocupar espaços representando o Movimento, valorizando determinadas figuras por serem mais escolarizadas, estarem mais adaptadas à linguagem culta, ou serem militantes mais experientes em detrimento de outras que tinham desejo de se colocar para o desafio de ocupar esses espaços, aprender, se arriscar. Vale lembrar, tendo isto em vista, que:

No nível molecular é muito mais difícil identificar o inimigo, pois não se trata como no nível molar de um inimigo de classe que vai se encarnar num ou noutro líder. O inimigo nesse caso é algo que se encarna em nossos amigos, em nós mesmos, em

nossas fileiras, a cada vez que o problema remete a um agenciamento de enunciação de um outro tipo (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 156).

O Movimento, junto com a equipe do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico, torna-se um lugar onde a repetição desse modo de se relacionar é questionada e objeto de problematização. Como apontam Guattari e Rolnik (2013) é necessário colocar a micropolítica em toda parte, rompendo modos estereotipados de se relacionar; fazer entrar em campo um novo tipo de análise, novas intensidades, um novo tipo de política, a invenção da vida.

Em novembro de 2019, ao final do evento de instalação do Observatório Popular de Violências, pela Vida das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe, onde as marisqueiras das várias comunidades estavam presentes em número expressivo, houve o planejamento de um momento de celebração e confraternização no hotel que estavam hospedadas, haja vista o fato de estarem reunidas e a importância do Observatório na luta do Movimento. Todavia, a festa não aconteceu em decorrência de fofocas e julgamentos que se alastraram entre elas.

Assim como na família ou na vizinhança, elas mesmas se resolvem em algum tempo e argumentam que não podem ficar brigadas porque são uma família. Esse tipo de situação é recorrente e desestabiliza o Movimento, atrapalhando em suas atividades e na realização de seus objetivos. Estas situações compõem o panorama de que esse Movimento ainda precisa de muito para se consolidar como coletivo e, principalmente, que as marisqueiras que fazem o Movimento estão no meio desse processo de (trans)formação de si.

[...] ao mesmo tempo em que existam ruídos de comunicação, coisas que fragilizam, ao tempo que todas estão no movimento é porque todas estão unidas por um elo, todas estão unidas por uma causa e que isso é muito maior que coisas que vão aparecendo no meio do caminho e que isso cria tensão, mas não significa que afaste de um horizonte maior que é tá agarrada na mesma bandeira, na mesma luta.

(Equipe de assessoria, 2018)

Não pretendemos aqui fazer uma crítica e apontar o que falta a essas mulheres como militantes, não se trata disso. Em contrapartida, valorizamos a caminhada delas como Movimento e saudamos como isto tem sido espaço de luta e transformação para cada uma. Trazemos essas histórias para um palco de discussão de como esse Movimento tem caminhado, como também para colocar em palco a contradição de um Movimento que se faz na luta por direitos em um Estado que é o mesmo que as oprime e extermina seus territórios de vida. No entanto, não deixamos de observar que a caminhada destas mulheres para forjar o

MMS levou-as a muitos lugares para além da luta por direitos, de modo que, como dizem, o Movimento é um espaço de transformação, de oportunidade para livrarem-se de opressões e de relações violentas; um espaço de empuxo, já que não se intimidam mais com situações que antes as paralisaram.

As pedras que foram apontando, é... a primeira impressão foi que elas ainda continuam no caminho, mas que elas diminuíram de tamanho que eram e ainda é... obstáculos que elas já conseguem superar que é o medo, a vergonha de falar, e aí é falar em determinado lugar, é falar no espaço pra fora da casa, porque todas nós temos voz, né?, então era isso mesmo que impedia de manifestar, então esse medo ainda existe mas esse exercício do falar ele acontece, então isso indica que é são pedras, mas são pedras que já diminuíram.

(Equipe de assessoria, 2018)

O MMS tem sido para estas mulheres muito mais do que um grupo de organização política em busca de garantia de direitos, é um espaço de potencialização destes corpos, e, portanto de clínica; uma clínica que tem em seu âmago a política. Perspectivado dessa maneira, os conflitos em foco podem ser objeto de uma escuta clínica, forjando, pois, uma escuta que oferece espaço de acolhimento e criação de si, na medida em que a escuta aparece como um intercessor para produção de outras narrativas de si, que se fazem, ao pôr em debate como a sociedade está organizada e os mecanismos que a constituem dessa e não de outras tantas formas (im)possíveis.

Ao corporificar que essa construção aconteceu em meio a uma série de forças, as marisqueiras podem criar outras formas de agenciar-se com esses vetores e reconstruir seus mundos, discordar, indignar-se, livrar-se de culpas, conhecer seus papéis nos jogos de força, entender que problemas que são moralmente atribuídos aos indivíduos podem não o ser, e que a moral também foi criada e tem uma função na sociedade: conduzir condutas, apeguar existências.

[...] lutar por reconhecimento e valorização que é essa auto organização de mulheres possibilitou estímulo no sentido de... da percepção do auto reconhecimento, enquanto mulher, do auto reconhecimento enquanto marisqueiras e aí esse auto reconhecimento ele vai também ampliando um olhar pra perceber que se existe uma condição em ser mulher e ser marisqueira existe também questões que oprimem por esses marcadores no corpo, nessa identidade, enquanto mulher, enquanto marisqueira, um passo importante pensar a auto identificação, a conquista dessa auto identificação.

(Equipe de assessoria, 2018)

Nesse ponto, destaco a luta do MMS por reconhecimento, identidade, auto identificação, participação feminina nos jogos políticos e direitos e insubmissão para as mulheres e marisqueiras como parte do processo de subjetivação delas. Como elas sempre cantavam e dançavam:

*Sou, sou marisqueira, rainha do mangue
Eu sou guerreira
Sou, sou marisqueiras
Mulher de luta, batalhadeira.*

Sem perder de vista que esses elementos fazem parte de um paradigma que ensaja e se associa a um projeto político que incorre em riscos de reprodução do modelo dominante, ao invés de criar desvios, acaba por reivindicar espaço dentro dessa lógica. É a forma subjetivada no presente de reivindicar outra vida, outros lugares. Não se pode perder de vista, no entanto, que, mesmo enquanto elas estão lutando por pautas de reconhecimento, elas estão se movendo e produzindo transformação no próprio corpo e, como relatam, estão redescobrando o mundo e forjando novos espaços para si, não apenas para as mulheres ou para as marisqueiras como categorias identitárias.

*Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim deixar de ser refém.*

A ideia em atender aos pedidos dessas mulheres e desse sujeito coletivo, marisqueiras, por uma “clínica popular” não é pela via da psicologização, ou seja, pela criação de categorias de sofrimento, apontando genericamente fórmulas de como o problema é causado e como pode ser resolvido; ou ainda quais interpretações são possíveis para explicá-lo. Em contrapartida, tateando também uma contra-narrativa para a psicologia e para a escuta psi, a mirada era e segue sendo fazer com que essa clínica seja intercessora de processos de singularização, lá onde eles emergem.

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 42).

A clínica atua junto às subjetividades marisqueiras, as marisqueiras atuam junto a uma tradição clínica. Assim, as questões de territórios, conflitos grupais, amizade política, solidariedade, sororidade⁸ são elementos fundamentais para pensar os caminhos da clínica nesse trabalho pela força que ganha a política relacional entre elas. A mulher marisqueira é um sujeito coletivo e essas mulheres, ao se reconhecerem em um movimento social, enfrentando os conflitos desse encontro, estão produzindo uma clínica na medida em que esses encontros e conflitos movimentam desejos, produzem ação. Por meio deles, inventam-se outros modos de estar no mundo, narram-se outras e novas histórias de si.

Nesse ponto, o trabalho também ganhou forma de pensar em dois níveis de análise no que tange ao encontro dessas mulheres na formação do MMS: 1) Do MMS como movimento representacional para enfrentar o Estado, reivindicar direitos, espaços, identidade, reconhecimento; e 2) Da política relacional criada no encontro de mulheres que se faz coletivo. Nesse ponto, o MMS é um espaço onde uma outra política relacional se cria. Em uma das discussões sobre autonomia do Movimento e sua política financeira, as marisqueiras estavam apontando ideias sobre a criação de um caixa do MMS e uma delas disse que o Movimento precisava que tivesse dinheiro em caixa para *“socorrer uma companheira que precise de um remédio, de uma cesta básica, de uma coisa assim”*. As outras marisqueiras da roda concordaram em coro. Isto é simbólico da função do Movimento na vida delas e do que as mobiliza, da potência do movimento como política da amizade, do cuidado produzido entre elas e expansão de territórios existenciais por via de um movimento que dá respostas frente ao Estado.

Os dois níveis (política representacional que faz sujeito e uma política da amizade alicerçada numa singularidade qualquer, como dito na introdução, alicerçada numa outra experiência do tempo e capaz de nos expor às exigências de compartilhamento da existência) não são distintos, se confundem e se atravessam. O movimento social é um processo de fixação identitária representacional para enfrentar o Estado, mas isso não diz respeito e não deve encerrar suas políticas relacionais.

⁸ Faz parte de uma construção dos movimentos feministas sobre a amizade e o cuidado entre mulheres.

6. Contradição, uma inspiração para o olhar

[...] lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca dos começos – dos começos inumeráveis [...] dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantes de uma síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos. [...] Sua tarefa não é manter a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente [...] ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: demarcar os acidentes. [...] na raiz daquilo que nós conhecemos e que nós somos – não existe a verdade e o ser – mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda a origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável [...] é crítica. A pesquisa da proveniência não funda [...] ela agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. [...] Enfim, a proveniência diz respeito ao corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. [...] O corpo - e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo [...]: sobre o corpo que se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que deles nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta. [...] O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência está, portanto, no ponto de articulação entre o corpo e a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2001, p. 21)

Ao longo deste percurso de pesquisa saltou ao nosso olhar que o viver não se organiza em um quadro lógico, as experiências não seguem cadências, se polarizam, rivalizam, compõem, concentram e desconcentram. Então, chamamos isto de contradição: movimento, multiplicidade, extrapolando a duplicidade, a simples questão que as coisas escapam e afetam. Nossos fazeres são impregnados de contradições e nós seguimos como se fôssemos oponentes delas, como se fôssemos seres da coerência, da razão, da ordenação, não somos. Os conflitos sobre os quais dissertamos aqui apontam para isto. Então, tratamos a noção de contradição como inspiração do olhar, mais do que definição conceitual. Não se trata de buscar na literatura uma referência para estabelecer os termos na contradição vista no campo. Ela aponta para tensões que não se traduzem nem como problema de lógica, nem como saga rumo a uma síntese histórica.

As mulheres do MMS são marisqueiras antes mesmo de terem nascido, tendo em vista sua história, seu território. Suas raízes se encontram em rizoma neste grupo, formando multiplicidades, desdobramentos que habitam o que existia antes e criam outras.

Para Deleuze e Parnet (1998), “devires são geografias, orientações, dupla captura, futuro e passado, uma evolução a-paralela de dois seres que não têm absolutamente nada a ver um com o outro...” Assim, o devir-orquídea da vespa e o devir-vespa da orquídea são núpcias, sem imitação, sem fingimento, apenas um encontro de linhas. Assim, inumeráveis devires são possíveis em segmentos de universo, em antimemória que faz a linha se libertar do ponto, do corpo, a linha que prefere devir infinito entre tempos (DANILEVICZ; FERRERI, 2021, p. 84).

Apostamos que o MMS tem melhor efeito como estratégia de luta se não identificado com a busca por um modo de vida capital, pré-fabricado que tensiona à adaptação ao modo indivíduo do sistema dominante. No enfrentamento com o Estado, usam armas que em alguns momentos produzem confusão nas relações entre elas. Se faz necessário entender a hora de usar as armas e a armadura, largar as ferramentas (identitárias) de batalha nas relações ou se corre o risco de usar a armadura e as armas contra companheiras.

Contradição aqui não é o erro, a falha. Não é o problema do MMS não estar funcionando bem. Assim como contradição não é também o jogo da dialética. Nessa pesquisa, contradição é a vida em sua plenitude. É a plenitude da experiência, é a intensidade. Não se trata de falta de coerência, não está referente a uma falha na equação lógica. Trabalhar com as contradições para compor um jogo de análises tratando-as como questão de vida e não para resolver a vida num quadrado, eis a mirada. Entendemos que o jogo da coerência/incoerência na plenitude da vida tem essa faceta mesmo: as coisas não se encaixam umas com as outras, mas isso é vida. A noção de contradição mexe na ferida da ordem, da acomodação organizada imposta pelo modelo dominante para o controle da vida.

Amparamo-nos na análise institucional, ecoamos as palavras da professora Heliana de Barros Conde em sua sala de aula: “a contradição é uma dialética sem síntese”, é a fissura de onde emerge a vida em sua complexidade de forças. Não há ambição de colocar as coisas em análise para que depois elas se tornem mais coerentes. Colocamos as coisas em análise para evidenciar as contradições, não há expectativa de fechamento ou controle de nada. Não há compromisso com elaborações, resultados, resoluções. A proposta é contar essas experiências, produzir questões que possam nos ajudar coletivamente a inventar caminhos de vida, navegar rios de vida em oceanos de tragédia.

Contamos a história de um movimento de luta por reconhecimento, afirmação de uma identidade marisqueira em um momento em que os movimentos sociais estão se despedaçando, visto que há uma falência desse tipo de estratégia identitária e de visibilidade frente às armas do Estado. Isto é contraditório. No entanto, essas mulheres se juntam para tentarem sobreviver, e criam, mais do que sobrevivência, uma política da amizade que, à

maneira delas, aumenta a potência. O que o Movimento está fazendo, se é luta por reconhecimento, afirmação identitária, devir mulheres do mangue, devir mangue de mulheres, isso tudo está junto e misturado. Sigamos!

REFERÊNCIAS

Aquecimento global atinge níveis sem precedentes e dispara "alerta vermelho" para a humanidade. Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139401-aquecimento-global-atinge-niveis-sem-precedentes-e-dispara-alerta-vermelho-para-humanidade>. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

BAPTISTA, L., A. **A fábrica de interiores: a formação psi em questão**. Niterói: EdUFF, 2000.

BARROS DE BARROS, M., E.; FREITAS, M., C., A.; CHAMBELA, S., M., G. Diálogos entre o conceito de experiência em Walter Benjamin e a clínica da atividade. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, 17(2), Rio de Janeiro, 2019.

BATAILLE, G. **A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio"**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DANILEVICZ, V. M.; FERRERI, M. A. Da Loucura aos Devires: Pequenos Paradoxos. **Rev. Polis e Psique**, 2021; 11(2): 72 - 88

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIDI-HUBERMAN; BENEVIDES, F. **Radical, radicular / revolver as imagens, por a terra em transe**. Série Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/25>.

ESCÓSSIA, L. M.; MANGUEIRA, M. Para uma psicologia clínico-institucional a partir da desnaturalização do sujeito. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, 17(1), 93-101, 2005.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FRÓES, R.; COUTINHO, A. (n.d.). **Mulher do fim do mundo** [música interpretada por Elza Soares]. Retrieved 2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6SWIwW9mg8s>.

GROPPIA, J. A. A governamentalidade como plataforma analítica para os estudos educacionais: a centralidade da problematização da liberdade. In: **Foucault: filosofia e política** [S.l: s.n.], p. 406, 2011.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, (19), 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, (7)1. Salvador, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PASSOS, E; KASTRUP, V. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, 25 (2), p. 263-280, 2013.

RAMALHO, Cristiano Wellington. O caminhar sobre as águas das ciências sociais. In: Costa. A.L. Nas redes da pesca artesanal.. IBAMA, 2007.

RAUTER, C. M. B. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas te-rapêuticas. In AMARANTE, Paulo (Org.), **Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade** (pp. 267-277). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SACRAMENTO, E. C. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SCRAMIM, S; HONESKO, V. Apresentação. In: AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2010. 7-24 pp.

SIMAS, A. L. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.